

# REPERCUSSÕES DE UMA POLÍTICA CURRICULAR NACIONAL EM UM CURSO MINEIRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

*Beatriz de Basto Teixeira*<sup>1</sup>

*Lilian Aparecida Lima*<sup>2</sup>

*Rafaela Reis Azevedo de Oliveira*<sup>3</sup>

---

**Resumo:** Esse trabalho apresenta os resultados finais da pesquisa “Os PCN vão aos professores: como essa proposta curricular figura nos cursos de formação de professores do ensino fundamental”, desenvolvida entre agosto de 2006 e julho de 2008, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Teve como objetivo verificar se e como as orientações propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1ª à 4ª séries estavam presentes nos materiais didáticos de cursos de formação de professores. A metodologia de pesquisa predominante foi a análise de conteúdo, empregada no estudo dos PCN e dos Guias do Projeto Veredas. Como resultados finais, observamos que o material didático do Veredas contempla as orientações curriculares dos PCN, contribuindo, dessa forma, para a disseminação de uma política nacional de implementação não obrigatória.

**Palavras-chave:** parâmetros curriculares nacionais; política educacional; projeto veredas

## Introdução

Este trabalho apresenta os resultados finais da pesquisa “Os PCN vão aos professores: como essa proposta curricular figura nos cursos de formação de professores do ensino fundamental”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Sociologia e Política da Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no período de agosto de 2006 a julho de 2008. Foi coordenada pela professora Beatriz de Basto Teixeira e contou com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Juiz de Fora (BIC/UFJF) e Apoio a Grupos da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O projeto teve como objetivo averiguar se as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), referenciais curriculares propostos pelo Ministério da Educação (MEC) em 1997, estavam presentes nos materiais didáticos de cursos de formação de professores do ensino fundamental e de que forma isso acontecia. Essa inquietação emergiu a partir de uma experiência com os Guias de Estudo do Projeto Veredas, um curso de formação de

professores que foi oferecido pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG) a todos os profissionais docentes de sua rede de ensino, na modalidade a distância, tendo em vista qualificá-los com uma formação de nível superior. Analisando o volume 3, módulo 3 da Coleção Veredas, no componente “Currículo”, deparamo-nos com a unidade intitulada “Parâmetros e Diretrizes Curriculares e implicações práticas” (AMARAL, 2003), que apresentava os PCN aos professores cursistas, assim como seus processos de produção e de organização. Os PCN foram apresentados como “uma norma, um padrão de referência para os currículos em todo o país” (AMARAL, 2003, p. 147). O documento do MEC foi apontado como resultado de um processo de discussão nacional do qual participaram quatrocentos consultores, professores e especialistas das várias áreas de conhecimento em reuniões organizadas pelo Ministério (AMARAL, 2003, p.148). O capítulo dá conta de apresentar a organização dos PCN (sugestão da organização em ciclos, objetivos postos para o Ensino Fundamental, importância das áreas e os Temas Transversais), mas não se omite quanto à polêmica sobre a proposta de um currículo oficial (AMARAL, 2003).

Ainda que o capítulo sobre “Currículo” apresentasse uma visão mais geral sobre os PCN, a sua formulação, a sua função e suas orientações, esse contato nos instigou a buscar respostas para a nossa questão de pesquisa, não apenas nos textos que tratavam apenas do tema “currículo”, mas em todo o material didático do curso Veredas. Dessa forma, identificar o que permanece dos PCN nos Guias do Veredas, as omissões e o que aparece ressignificado na formação dos professores mineiros, permitiria o aprofundamento do debate sobre como ocorre o processo de hibridação (LOPES, 2005) pelo qual a política curricular chega às salas de aula.

## **Referencial Teórico**

A pesquisa realizada por Ball e Bowe (1998) na Inglaterra foi uma referência importante para a compreensão do fato de que as políticas curriculares são passíveis de interpretação em diferentes contextos de implementação. Era esse o fator que explica como a “hibridação” acontece, sempre, em processos de implementação de políticas curriculares. Esta compreensão foi valiosa para a observação das apropriações que os autores dos guias de estudo do Veredas faziam das orientações dos PCN e de como estas orientações foram apresentadas aos cursistas do Projeto Veredas.

Importantes autores brasileiros afirmam que as orientações dos PCN estão presentes e influenciam a prática escolar. Lopes (2006) e Macedo (2006) consideram que os PCN, tanto do

ensino médio quanto do ensino fundamental, apesar das críticas, ganharam espaço nas discussões pedagógicas e nas escolas. Na mesma direção do que foi apontado em TEIXEIRA (2000) e TEIXEIRA, FARIA, FREITAS et alii (2004), concursos tiveram como pontos de exame os conteúdos dos PCN, livros didáticos foram elaborados levando em consideração as orientações do MEC e cursos de formação de professores trabalham com os Parâmetros Nacionais. A formação de professores de alguma maneira incorporou suas orientações, quando sua proposta se coloca ao lado dos PCN indicando o trabalho com temas de relevância social (SANTOS, 2002a, p. 157).

Voltando a um balanço sobre a introdução das orientações dos PCN na cena educacional brasileira, devemos também assinalar que, segundo o diagnóstico de Lopes (2006, p. 130-131), não se operou uma reforma curricular no Brasil, como ocorreu em outros países. O temor de que os PCN virassem um currículo nacional, como aconteceu em países como Inglaterra e Nova Zelândia, não se confirmou no Brasil, felizmente. Porque a idéia de um currículo nacional nesses dois casos mencionados significava associar currículo, sistema de avaliação e financiamento da educação por uma lógica chamada “de mercado”. Em nosso país, as orientações dos PCN convivem com as políticas curriculares que já eram implementadas em estados e municípios, algumas delas inspiradoras do documento do MEC, dizia seu próprio texto (TEIXEIRA, 2000). Nem a posse de um novo governo em 2003, amparado por educadores que criticavam as políticas elaboradas ao longo da década de 1990 no nível federal fez com que os PCN saíssem de cena.

Para que tenhamos um exemplo de como as idéias andam misturadas é recomendável ler os artigos de Corazza (2001) e Fleuri (2001). Ambos comparam as orientações e expressões presentes nos PCN com aqueles contidos nos documentos emanados da Constituinte Escolar do Rio Grande do Sul, ocorrida em 1999. Isso é hibridação. Orientações semelhantes, vocabulário semelhante, grupos políticos distintos nos governos. Certas palavras, certos conceitos fazem parte de certo contexto intelectual e político e a polissemia é resultado da circulação das idéias, dos discursos e dos textos produzidos. Aqui lembramos Stephen Ball quando diferencia “política como discurso” e “política como texto” (BALL; BOWE, 1998 *apud* MAINARDES, 2006).

No período da publicação dos PCN, eles estavam associados à possibilidade de implementação de uma reforma educacional de caráter “neoconservador, neoliberal ou de direita”, conforme termos usados por Apple (1995). Mesmo com as distinções que o autor atribui a essas três categorias, todas serviriam para classificar o que poderia ocorrer no Brasil. Mas o debate sobre um currículo nacional assume hoje um colorido diferente. Acentuam-se alguns argumentos que começavam a estar presentes na cena educacional brasileira nos anos de 1990. O currículo nacional

é agora entendido como padronização, risco de homogeneização, desrespeito à diferença, colonização cultural, regulação, universalismo. Tudo isso entendido como alguma coisa oposta à diferença, ao multiculturalismo crítico, ao respeito à particularidade, às múltiplas possibilidades de saberes e valores, ao cerceamento aos vários sentidos de currículo.

Alice Lopes (2006, p. 133) continua posicionando-se contra o currículo nacional. Mesmo reconhecendo que as políticas de currículo produzidas a partir dos PCN são heterogêneas, e supondo “a possibilidade de leituras críticas e contra-hegemônicas serem desenvolvidas sob o marco de orientações curriculares centralizadas“. Essa mesma autora (LOPES, 2006, p. 129-135) lembra as opiniões de Apple (1995) e Gimeno (1998a, 1998b), que não são contrárias a um currículo nacional a priori. Dependeria da direção política que esse assumisse. Um currículo nacional, definido de forma democrática, que não se detivesse em detalhes sobre a prática, que não se apegasse a definir métodos de ensino para os professores (como fazem os PCN) poderia ser uma base cultural comum para garantir certos conteúdos julgados necessários a todos e igualdade de oportunidades. Essa é uma perspectiva crítica diante do currículo nacional.

Quando Stephen Ball e Richard Bowe falam de ciclo de políticas, há uma noção de circularidade presente no conceito. Entre os contextos de influência, da produção de texto e da prática há um fluxo contínuo de interferências. O contexto da prática influencia os outros dois, em maior ou menor grau (dependendo da conjuntura em que a política é produzida), assim como o contrário acontece. Aprender o ciclo de uma política requer pesquisas dirigidas a esses vários contextos, em momentos diferentes (MAINARDES, 2006).

Não podemos deixar de mencionar que uma política curricular requer certas condições para sua implementação. Stephen Ball e Richard Bowe (1998) apontaram uma série de condições que deveriam estar disponíveis nas escolas inglesas para a aplicação de uma proposta curricular em seu país. Julgamos que aqui, no Brasil, também fatores tais como os recursos materiais e humanos disponíveis nas escolas, a interpretação que os professores fazem dos PCN, os interesses pessoais e profissionais dos docentes e o conjunto da política educacional vigente têm influência sobre o uso ou não dos Parâmetros brasileiros como orientação para o processo educativo.

Luciola Santos (2002b) faz pertinentes indagações sobre as políticas dirigidas ao ensino fundamental brasileiro. Sobre os PCN (SANTOS, 2002b, p. 350-356), retoma o processo de sua elaboração, comentando alguns mesmos aspectos que nós. Sua elaboração por um grupo de especialistas resultou num documento que expressa as disputas entre os membros do grupo e sofre de pouca coerência interna. Seu processo de apropriação pelos professores estaria sujeito à

interpretação de seu texto, o que é próprio às políticas, também as curriculares. A grande distância entre as propostas feitas pelos níveis centrais de administração do sistema educacional e a realidade vivida nas escolas pode levar à resistência por parte dos professores e seu apego a práticas já arraigadas. A autora aposta na formação de professores, numa preparação para o magistério que vá além da aquisição de conteúdos a serem depois transmitidos para os alunos. Numa cena educacional que muda em função das próprias mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, os professores têm que ser capazes de lidar de maneira crítica com propostas curriculares que incorporem as mudanças e novas tecnologias que chegam à escola, sem perder o propósito de oferecer uma educação compatível com os ideais de liberdade e emancipação (SANTOS, 2002a, p. 149).

Professores são figuras de grande importância na implementação de propostas curriculares. Faz sentido, portanto, que sua atuação tenha ganhado tanto destaque. E mais, que agora busquemos observar que orientações curriculares estão sendo apresentadas em um curso de formação docente. A relação entre políticas curriculares e a formação de professores torna-se cada vez mais objeto de pesquisa e debate nos meios educacionais e acadêmicos.

Vivemos também, enquanto um grupo de pesquisa, uma aproximação em relação a essa temática. O desenvolvimento desta pesquisa, que é aqui relatada, aproximou-nos de discutir como os professores se formam. Como uma política curricular é apresentada, discutida, como suas orientações figuram num processo de formação de professores. Se uma política curricular é elaborada, entre outras finalidades, com o objetivo de influir sobre a formação de professores, que presença tem nos materiais didáticos desse curso?

Esta pergunta norteou a pesquisa que concluímos recentemente. Acreditamos que os PCN devem ser um documento considerado na elaboração dos projetos pedagógicos das escolas, de maneira crítica, com vistas à escolha pela própria escola de um conjunto de valores que norteiem o processo educativo. Isso deve ocorrer do nosso ponto de vista, sem perder o horizonte de uma educação democrática (TEIXEIRA, 2000) para todos.

## **Materiais e Métodos**

Para a realização da nossa pesquisa utilizamos predominantemente a técnica de análise de conteúdo, conforme as orientações de Earl Babbie (1998) e Laurence Bardin (1988).

Nosso trabalho foi dividido em três etapas. Na primeira etapa realizamos a leitura dos dez volumes dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental e dos vinte

e oito volumes dos Guias de Estudos do Projeto Veredas. Nesse momento, buscamos identificar concomitantemente alguns temas que apareceram com mais frequência no decorrer da leitura de ambos os documentos. Esses temas foram quantificados e transformados por nós em categorias, sejam elas: Conceito de Educação, Relação Professor-Aluno, Perfil do Professor, Cidadania, Diversidade e Pluralidade Cultural, Organização do Tempo e Espaço Escolar, Participação, Relação da Família com a Comunidade, Avaliação e Conteúdos Disciplinares (Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Física e Artes).

Na segunda etapa, relemos os PCN e os Guias de Estudos do Veredas para destacar passagens diretas dos textos que estivessem relacionadas com as categorias anteriormente definidas. Essas passagens foram alocadas em tabelas construídas para cada uma das categorias, nas quais colocamos o trecho selecionado, assim como o volume e a página do qual foi retirado.

A terceira etapa foi o momento em que comparamos os conteúdos apresentados nos diferentes documentos. A partir das tabelas pudemos melhor visualizar como os temas categorizados eram apresentados pelo texto dos volumes de formação e descrever quais foram os seus pontos de divergência e convergência com as orientações dos PCN. Essa análise dos conteúdos foi posteriormente disposta no corpo do relatório final da pesquisa.

## **Resultados**

Como resultados, afirmamos que os Guias de Estudo do Projeto Veredas contemplam as orientações sugeridas pelos Parâmetros Curriculares do MEC, uma vez que as levam ao encontro dos professores cursistas. São inúmeras as semelhanças entre os documentos pesquisados, porém, averiguamos uma justificável diferença na forma de apresentação das categorias levantadas. Verificamos que os PCN, como propostas curriculares que visam orientar a prática do professor em exercício, abordam os temas em uma perspectiva mais objetiva, voltados para a aplicação imediata no âmbito escolar. Já o material do Veredas, por se tratar de um curso destinado à formação de professores, os elucidam de forma conceitual e histórica.

## **Discussões**

Como já afirmamos, as orientações curriculares do Ministério da Educação estão presentes nos materiais do Projeto Veredas, apresentadas direta ou indiretamente ao longo de seus textos. Em

vários módulos dos Guias de Estudos do Veredas percebemos que são utilizados os mesmos autores presentes nos PCN como referências teóricas e conceituais.

Para o momento iremos trazer discussões relevantes de algumas categorias analisadas na nossa pesquisa, como por exemplo, a categoria Relação Professor-Aluno. Uma vez que os seres humanos são sensíveis, têm emoções e sentimentos, essa relação entre professores e alunos está sujeita a inúmeros conflitos e afetos, sendo, portanto, impossível o não envolvimento afetivo entre ambos os sujeitos envolvidos. O aluno tem direito de expor os seus sentimentos, suas emoções em sala de aula, e mesmo de ser criativo, até para aumentar a sua bagagem cultural. Dentro dessa lógica, podemos fazer referência ao texto do Veredas, quando este afirma que o processo de aprendizagem só tem sentido a partir do momento em que há um comprometimento emocional das partes em questão (professor e aluno), atribuindo-o ao ato de aprender. Essa visão se assemelha à dos PCN, que expressam em seu texto que a prática educativa é complexa por envolver questões de ordem afetiva, emocional, cognitiva, física e de relação pessoal.

Outra categoria que merece destaque é a de Diversidade e Pluralidade Cultural Tanto as orientações trazidas pelos Guias de Estudo do Veredas (CANEN, 2003, p. 203) quanto as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1995, p. 63) direcionam para a ação positiva do professor em lidar com as diferenças dentro da sala de aula e para o reconhecimento de que a escola é um espaço multicultural. Um dos principais problemas da escola, segundo Ana Canen (2001, p. 26), é justamente a dificuldade em lidar com a diversidade de culturas. Para a autora, “o fracasso escolar no Brasil se explica, em boa parte, pelo fato dos professores não terem condições de tratar adequadamente a diversidade cultural em seu trabalho pedagógico cotidiano”.

Essa preocupação com a questão cultural tem figurado em propostas de reforma nos cursos de formação de professores, no sentido de preparar melhor o professor para o convívio com a diversidade, e para formar novas gerações que superem o preconceito e a discriminação. A proposta é uma educação multicultural e não uma educação para alunos culturalmente “diferenciados”.

Como uma última categoria iremos trazer para a discussão o tema da Cidadania. Nos dois documentos analisados percebemos que há uma ênfase bastante perceptível quanto à necessidade da escola desenvolver cidadãos autônomos e participativos. Eles devem se sentir inseridos socialmente, para que se sintam à vontade para refletir, expor suas ideias de uma maneira crítica, reivindicando seus direitos e cumprindo com seus deveres de cidadãos. Isso é devido ao fato de que uma sociedade que se julgue democrática é formada por indivíduos com estas atitudes. Para tanto, a escola deve estar constantemente estimulando o exercício da cidadania entre os alunos, ou seja, os

envolvendo em situações em que se vejam instigados a pensarem além, de usarem a imaginação, de questionarem, de construir seus conhecimentos com o auxílio do professor. É fundamental que os alunos participem de maneira ativa, - e isso é bastante relevante nos dois documentos – no acompanhamento dos projetos políticos pedagógicos de sua escola, visando sua comunidade local e suas especificidades culturais.

## Conclusões

Quando iniciamos nossa pesquisa tínhamos como objetivo averiguar se as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries do ensino fundamental estavam presentes nos materiais didáticos do curso de formação de professores do Projeto Veredas e, estando presentes, como eles eram apresentados. Após a análise dos conteúdos de um e do outro documento e a posterior comparação dos mesmos, podemos concluir que uma política curricular encontra um dos caminhos da sua implementação nos processos de formação de professores. Em outras palavras, os Guias de Estudo do Projeto Veredas, uma política de âmbito estadual e proposta pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, foram identificados como um veículo ou um caminho para a implementação e divulgação de uma política formulada pelo Ministério da Educação através dos PCN. Nossa hipótese se fortalece, sobretudo, quando encontramos referências diretas sobre a importância de ler, conhecer e utilizar os PCN como enriquecimento para a prática diária dos professores em formação do Projeto Veredas, tal como podemos observar no seguinte trecho:

Nossa intenção se restringe a proporcionar uma aproximação entre você, Cursista, e esta proposta [PCN], ressaltando alguns dos traços marcantes que a caracterizam. Esperamos que a partir dessa aproximação você tenha mais familiaridade com o documento e possa usá-lo de forma criativa para **enriquecer a sua prática**. [...]. Seria interessante que você lesse todo esse documento e procurasse analisá-lo a partir das discussões que temos feito nas unidades [...] (GUIMARÃES; GRECO, 2003, p. 87-88. Grifos nossos).

Por fim, estamos certos de que as constantes interpretações que a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais sofrem, desde a sua saída do Ministério da Educação até a passagem pelas Secretarias Estaduais de Educação, e ainda as interpretações presentes em materiais didáticos, tais como os do Projeto Veredas, apontam para o processo de hibridação de práticas já consolidadas, novidades educacionais e influências de reformas educativas havidas pelo mundo afora (TEIXEIRA; OLIVEIRA; *et al*, 2008). Ressalvamos que essa pesquisa possivelmente não finda por

aqui, haja vista que, identificar se os professores formados pelo curso do Projeto Veredas, de fato, apropriam-se das orientações dos documentos do MEC, poderá nos dizer os limites da influência de uma política na outra.

### **PATHS FOLLOWED BY A POLICY CURRICULUM: THE TEACHERS ARRIVE PCN**

**Abstract:** *This paper presents the final results of the research "The PCN goes to the teachers: how this curricular proposal appears in training courses for teacher of elementary school", which was developed between August 2006 and July 2008, in the Federal University of Juiz de Fora. Aimed to verify whether and how the guidelines proposed by the National Curriculum Parameters (PCN) from 1st to 4th grades were present in materials for teacher training courses. The predominant method of research was the analysis of content, used in the study of PCN and Guides of the Veredas Project. As final results, we observed that the teaching material of Veredas incorporates curriculum guidelines of the PCN, and thereby, contributes to the spread of a national policy of non-mandatory implementation.*

**Key words:** *national curricular parameters; educational policy; veredas Project*

#### **Notas:**

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>2</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>3</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

#### **Referências Bibliográficas**

AMARAL, A. L. Parâmetros e Diretrizes Curriculares e Implicações práticas. In: SALGADO, Maria U. C.; MIRANDA, Glaura V. de. **Veredas: formação superior de professores**. Belo Horizonte: SEE-MG, 2003, módulo 3, v. 3, p. 143-174.

APPLE, Michael. A Política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio Flávio B.; SILVA, Tomaz T. da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 59-91.

BABBIE, Earl R. **The Practice of Social Research**. 8. ed. New York, USA: Wadsworth, 1998.

BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. El currículo nacional y su "puesta en práctica": El papel de los departamentos de materias o asignaturas. **Revista de Estudios del Currículo**. v. 1, n. 2, 1998, p. 105-131.

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1988.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 10 volumes.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: documento introdutório. Brasília: MEC/SEF, 1995. Versão preliminar.
- CANEN, Ana. A organização dos espaços escolares. In: SALGADO, Maria U. C.; MIRANDA, Glaura V. de. **Veredas**: formação superior de professores. Belo Horizonte: SEE-MG, 2003, módulo 5, v. 2, p. 187-212.
- CANEN, Ana. Formação de Professores e Diversidade Cultural. In: CANDAU, Vera Maria. (org). **Magistério**: construção cotidiana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CORAZZA, Sandra. Currículos alternativos/oficiais: o(s) risco(s) do hibridismo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, maio/jun./jul./ago. 2001, p. 100-114.
- FLEURI, Reinaldo M. Entre o oficial e o alternativo em propostas curriculares: para além do hibridismo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, maio/jun./jul./ago. 2001, p. 115-126.
- GIMENO SACRISTÁN, Jose. O que são os conteúdos do ensino? In: GIMENO SACRISTÁN, Jose; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998a, p. 149-196.
- GIMENO SACRISTÁN, Jose. Reformas educativas y reforma del currículo: anotaciones a partir de la experiencia española. In: WARDE, Mirian Jorge (org.). **Novas Políticas Educacionais**: críticas e perspectivas. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da PUC-SP, 1998b, p. 85-108.
- GUIMARÃES; Iara V.; GRECO, Fátima A. da S. In: SALGADO, Maria U. C.; MIRANDA, Glaura V. de. **Veredas**: formação superior de professores. Belo Horizonte: SEE-MG, 2003, módulo 3, v. 4, p. 61-92.
- LOPES, Alice Casimiro. Quem defende os PCN para o ensino médio? In: LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth (org.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006b, p. 126-158.
- LOPES, Alice Casimiro. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. **Currículo sem fronteiras**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2005, p. 50-64.
- MACEDO, Elizabeth (org.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, jan./abr. 2006, p. 47-69.
- SALGADO, Maria U. C.; MIRANDA, Glaura V. de. (org.) **Veredas**: formação superior de professores. Belo Horizonte: SEE-MG, 2003. 28 volumes.
- SANTOS, Lucíola L. de C. P. Abordagens no campo do currículo. In: SALGADO, Maria U. C.; MIRANDA, Glaura V. de. **Veredas**: formação superior de professores. Belo Horizonte: SEE-MG, 2002a, módulo 3, v. 1, p. 153-180.

SANTOS, Lucíola L. de C. P. Políticas públicas para o ensino fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB). **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, set. 2002b, p. 346-367.

TEIXEIRA, Beatriz de B. **Por uma escola democrática**: colegiado, currículo e comunidade. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da USP, 2000.

TEIXEIRA, Beatriz de B.; FARIA, Carolina I. S. de; ARAÚJO, Daniele de F.; SOUZA, José W. de . **Os Parâmetros Curriculares Nacionais em escolas públicas de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF/ICHL/Departamento de Ciências Sociais. Relatório de pesquisa apresentado à FAPEMIG, 2004, 305 p.

TEIXEIRA, Beatriz de B.; OLIVEIRA, Rafaela Reis Azevedo de; *et al.* Política curricular em Juiz de Fora: o que os professores da rede estadual de ensino têm a nos dizer sobre teoria e prática. **Revista Principia**: caminhos da iniciação científica, Juiz de Fora, v. 12, 2008.